

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

1º TRIMESTRE DE 2023

Rio de Janeiro
31 de março 2023



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Empresa de Pesquisa Energética - EPE

CNPJ 06.977.747/0001-80

Balanco Patrimonial em

(em milhares de reais)

	Notas	31/03/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e Equivalentes	5	34.003	30.622
Tributos a Recuperar ou Compensáveis	6	1.411	1.526
Adiantamentos Concedidos	7	1.081	792
Despesas Antecipadas	8	4.402	2.579
		40.897	35.519
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Tributos a Recuperar ou Compensáveis	6	168	164
Depósitos Judiciais	9	4.540	4.399
Despesas Antecipadas	8	-	281
Imobilizado	10	6.449	6.831
Intangível	11	3.800	4.179
		14.957	15.854
TOTAL DO ATIVO		55.854	51.373
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores Nacionais	12	555	305
Obrigações Fiscais	13	1.091	986
Obrigações Trabalhistas e Sociais	14	14.809	14.314
Provisões para Contingências	15	-	2.825
Obrigações com a Cessão de Pessoal		26	26
Previdência Privada Complementar	16	661	668
		17.142	19.124
Não Circulante			
Provisões para Contingências	15	11.387	7.040
		11.387	7.040
Patrimônio Líquido			
Capital Social	17	28.469	28.469
Adiant para Futuro Aumento de Capital	18	2.566	2.550
Prejuízos Acumulados	19	(3.710)	(5.810)
		27.325	25.209
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		55.854	51.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ 06.977.747/0001-80
Demonstração do Resultado em
(em milhares de reais)

	Notas	31/03/2023	31/03/2022
RECEITA LÍQUIDA		-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	21		
Remunerações		(11.065)	(9.527)
Encargos Sociais		(3.194)	(2.725)
Benefícios		(1.457)	(1.449)
Serviços de Terceiros		(4.000)	(1.577)
Gerais de Funcionamento das Instalações		(1.169)	(941)
Gerais da Administração		(686)	(629)
Impostos, Taxas e Contribuições		(90)	(80)
		(21.661)	(16.928)
RESULTADO BRUTO		(21.661)	(16.928)
DESPESAS OPERACIONAIS	21		
Remunerações		(4.412)	(3.986)
Encargos Sociais		(1.278)	(1.186)
Benefícios		(562)	(644)
Materiais		(12)	(8)
Serviços de Terceiros		(1.112)	(1.196)
Impostos, Taxas e Contribuições		(225)	(74)
Gerais de Funcionamento das Instalações		(1.309)	(1.200)
Gerais da Administração		(780)	(897)
Provisão para contingências		-	(156)
		(9.690)	(9.347)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS			
Recursos Recebidos do Tesouro Nacional	22	33.910	25.541
Reembolso de Custos e Despesas - Leilões ANEEL	23	1.924	-
Recuperação de Despesas e Custos	21	-	1
Outras receitas		-	426
		35.855	25.968
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		4.504	(307)
Receitas Financeiras	24	181	116
Despesas Financeiras	24	(1.522)	(284)
		(1.341)	(168)
LUCRO ANTES DO IRPJ E DA CSLL		3.163	(475)
Despesa com Provisões de IRPJ e CSLL	25	(1.063)	(580)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.100	(1.055)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras intermediárias.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ 06.977.747/0001-80
Demonstração do Resultado Abrangente em
(em milhares de reais)

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.100	(1.055)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	2.100	(1.055)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras intermediárias.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ 06.977.747/0001-80
Demonstração da Muta  o do Patrim  nio Líquido em
(em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021 reapresentado		26.211	2.258	(3.358)	25.111
Adiant. para Futuro Aumento de Capital		-	1.737	-	1.737
Prejuízo do Exercício		-	-	(1.055)	(1.055)
Saldos em 31/03/2022		26.211	3.995	(4.413)	25.793
Saldos em 31/12/2022		28.469	2.550	(5.810)	25.209
Adiant. para Futuro Aumento de Capital	18	-	16	-	16
Lucro do Exercício	19	-	-	2.100	2.100
Saldos em 31/03/2023		28.469	2.566	(3.710)	27.325

As notas explicativas são parte integrante das demonstra  es financeiras intermediárias.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ 06.977.747/0001-80
Demonstração dos Fluxos de Caixa
(em milhares de reais)

	31/03/2023	31/03/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	2.100	(1.055)
Ajuste de Reclassificação - Recebimento de Subvenções	(33.910)	(25.541)
Depreciação / Amortização	807	734
Provisão/Atualização monetária de provisões para contingências	1.522	440
Atualização/tributos a compensar/Depósitos Judiciais	(135)	(189)
Variação nos saldos de ativos e passivos		
Adiantamentos concedidos	(289)	(227)
Despesas antecipadas	(1.542)	(1.445)
Depósitos judiciais	(53)	-
Impostos a recuperar	158	51
Fornecedores	250	1.247
Obrigações tributárias	105	(13)
Obrigações trabalhistas e sociais	495	1.266
Outras obrigações	(7)	6
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(30.499)	(24.726)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Intangível	-	(45)
Aquisição de Imobilizado	(46)	(1.812)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(46)	(1.857)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	33.910	25.541
Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	16	1.737
Caixa líquido gerado pelas atividades financiamentos	33.926	27.278
Variação caixa e equivalentes de caixa	3.381	695
No início do exercício	30.622	31.909
No fim do exercício	34.003	32.604
Variação caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	(3.381)	(695)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ 06.977.747/0001-80
Demonstração do Valor Adicionado em
(em milhares de reais)

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Receitas		
Subsídios Públicos	33.910	25.541
Outras Receitas	<u>1.945</u>	<u>450</u>
	35.855	25.991
Insumos		
Materiais, utilidades, serviços de terceiros e outros	<u>6.772</u>	<u>4.667</u>
	6.772	4.667
Valor Adicionado Bruto	29.083	21.324
Depreciação e Amortização	807	734
Valor Adicionado Líquido produzido	28.276	20.590
Valor Adicionado recebido em transferência		
Receitas Financeiras	<u>181</u>	<u>116</u>
	181	116
Valor Adicionado Total a Distribuir	<u>28.457</u>	<u>20.706</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	16.129	14.061
Benefícios	2.019	2.093
FGTS	<u>1.233</u>	<u>1.081</u>
	19.381	17.235
Governos (Impostos, taxas e contribuições)		
Federais (inclui a contribuição previdenciária e sindical)	4.488	3.449
Estaduais (inclui IPVA)	18	16
Municipais	<u>110</u>	<u>98</u>
	4.616	3.563
Remuneração do capital de terceiros		
Juros e multas	1.522	284
Alugueis	838	621
Outras	<u>-</u>	<u>59</u>
	2.360	963
Remuneração dos capitais próprios		
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>2.100</u>	<u>(1.055)</u>
	2.100	(1.055)
Valor Adicionado Total Distribuído	<u>28.457</u>	<u>20.706</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Pesquisa Energética – EPE é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME e constituída nos termos da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, e regulamentada pelo Decreto nº 5.184 de 16 de agosto de 2004.

A EPE tem como atividade principal prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como: energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

Compete também a EPE:

- Elaborar e publicar o balanço energético nacional;
- Identificar e quantificar os potenciais de recursos energéticos;
- Dar suporte e participar das articulações relativas ao aproveitamento energético de rios compartilhados com países limítrofes;
- Obter a licença prévia ambiental e a declaração de disponibilidade hídrica necessárias às licitações envolvendo empreendimentos de geração hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica selecionados.

O atual Estatuto Social da EPE foi aprovado na 15ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2023.

A partir da publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA nº 11.647, de 24 de março de 2008, a EPE passou a integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Na qualidade de empresa pública dependente, vinculada ao MME, a Empresa, a partir de abril de 2008, passou a receber subsídios públicos para custeio e investimento de suas atividades comerciais.

De acordo com o art. 6º, § 2º, inciso I, do Estatuto Social da EPE c/c art. 8º, § 2º, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, a EPE deve, por dever de transparência, evidenciar nas demonstrações financeiras as obrigações ou responsabilidade assumidas em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado. No entanto, em relação à EPE, é digno de registro que a justificativa que embasou sua criação está relacionada ao resgate da função estatal de planejamento do setor de energia. Para tanto, concebeu-se uma empresa cuja finalidade seria desenvolver estudos e pesquisas para subsidiar “a formulação, o planejamento e a implementação de ações do Ministério de Minas e Energia, no âmbito da política energética nacional” (parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.847/2004).

A razão de existir da EPE está intrinsecamente relacionada às políticas públicas do setor de energia, das quais não pode necessariamente se afastar, sob pena de desvio do interesse público que justificou sua criação. Logo, em razão desta íntima relação com as políticas públicas do setor de energia, com a qual não concorre com qualquer outra empresa, é natural que o desempenho da atividade empresarial da EPE seja impactado, visto que orientado ao objetivo de subsidiar com estudos e pesquisas o Ministério de Minas e Energia no âmbito da política energética nacional. A atividade empresarial da EPE não é exercida em prol da maximização do retorno do investimento do acionista, que é a finalidade precípua das empresas privadas, mas sim pela eficiente realização das responsabilidades que lhe são atribuídas por lei e pelo Ministério de Minas e Energia. Em razão deste condicionamento das atividades empresariais, a EPE recebe da União os recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades.

1.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O LOA 2023 publicada em 17 de janeiro de 2023 atendeu o pleito orçamentário da EPE em um percentual de 98% (R\$ 53,8 milhões) para as despesas discricionárias e em 73% (R\$ 93,8 milhões) para as despesas de pessoal e benefícios.

Com relação a dotação orçamentária para despesas de pessoal e benefício, a previsão de gastos atualizada apresenta uma necessidade total de R\$ 113,7 milhões, gerando um déficit de R\$ 19,9 milhões. As tratativas para ampliação dessa rubrica foram iniciadas no começo do ano.

Sobre as despesas discricionárias, o valor total disponível na LOA é suficiente para arcar com as despesas previstas para esse exercício.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade *Internacional Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

B) MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da EPE é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

C) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), exige que a Companhia utilize julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados dos ativos e passivos, das receitas e despesas e divulgações. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

D) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da EPE relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme evidenciada nas referidas demonstrações financeiras e devem ser analisadas em conjunto.

Até o momento, não há mudanças nas normas e emendas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC com vigor a partir do exercício 2023, que possam impactar as demonstrações da companhia.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, o que normalmente coincide com seu valor de aquisição, mais os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	31/03/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros		
<u>Custo amortizado</u>		
Caixa e equivalente de caixa	34.003	30.622
	34.003	30.622
Passivos Financeiros		
<u>Custo amortizado</u>		
Fornecedores	555	305
	555	305

Caixa e fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O custo histórico reflete o valor justo de mensuração.

Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Companhia adota a técnica de avaliação de avaliação de preços observáveis (Nível 2).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os recursos estão identificados por fontes e vinculações oriundas do Tesouro Nacional (a) e por fontes de origem próprias (b), destinam-se principalmente ao pagamento de fornecedores, pessoal próprio e pessoal cedido de outras empresas estatais e de órgãos públicos, encargos sociais e previdência privada, vencíveis no início do mês seguinte, em consonância com as Programações Financeiras enviadas ao MME.

Descrição	31/03/2023	31/12/2022
A - Recursos do Tesouro Nacional (Conta Limite de Saque)	6.082	4.082
B - Recursos Próprios	27.921	26.540
Total	34.003	30.622

6. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSÁVEIS

Os créditos tributários a recuperar ou a compensar originaram-se de:

Descrição	31/03/2023	31/12/2022
COFINS a Recuperar	2	1
IRPJ Estimativa 2022	690	668
CSLL Estimativa 2022	276	268
IRPJ Estimativa 2021	312	304
CSLL Estimativa 2021	120	116
IR a compensar – pagamento a maior	22	21
CSLL a compensar – pagamento a maior	141	138
Antecipação de IRRF - 0561	-	161
COSIRF	2	2
IRRF a restituir	3	-
IRRF a compensar	6	6
ISS a restituir	5	5
Total	1.579	1.690

Optou-se por realocar os créditos referentes a IR e Contribuição Social a compensar sobre pagamento indevido, bem como e o ISS a restituir para o longo prazo por não existir previsão no curto prazo para utilização dos referidos créditos:

Curto Prazo:

Descrição	31/03/2023	31/12/2022
COFINS a recuperar	2	1
Antecipação de IRRF - 0561	-	161
IRPJ Estimativa 2022	690	668
CSLL Estimativa 2022	276	268
IRRF a restituir	3	-
IRPJ Estimativa 2021	312	304
CSLL Estimativa 2021	120	116
COSIRF a restituir	2	2
IRRF a compensar	6	6
Total	1.411	1.526

Longo Prazo:

Descrição	31/03/2023	31/12/2022
IR a compensar – pagamento a maior	22	21
Contribuição social a compensar – pagamento a maior	141	138
ISS a restituir	5	5
Total	168	164

7. ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

	31/03/2023	31/12/2022
Adiantamento de Férias	287	792
Adiantamento de 13º Salários	794	-
Total	1.081	792

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Saldo residual de R\$ 4.402 apropriados no curto prazo do exercício de 2023, refere-se às assinaturas, anuidades e contratos manutenção de softwares com vigência de 12 meses. Este valor será amortizado ao longo do exercício, de acordo com o princípio de competência.

Curto Prazo:

Descrição	31/03/2023	31/12/2022
Prêmio de seguros	134	182
Assinaturas e anuidades	1.876	997
Provedores de informação	139	123
IPTU a apropriar	337	-
Manutenção de software ¹	1.916	1.277
Totais	4.402	2.579

¹ Contempla o pagamento ao Cepel no valor de R\$ 162 em dezembro referente a manutenção anual dos softwares recebidos em doação.

Longo Prazo:

Descrição	31/03/2023	31/12/2022
Manutenção de Software	-	281
Totais	-	281

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Descrição	31/03/2023	31/12/2022
Tributários (i)	4.007	3.928
Trabalhistas (ii)	367	310
Cíveis (iii)	166	161
Total	4.540	4.399

- (i) Em 14 de junho de 2010, após autorização da Diretoria Executiva da Empresa, realizou-se o depósito judicial, no valor de R\$ 1.888 com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito tributário discutido nos autos da ação anulatória de seguridade social nº. 0018936-44.2010.4.01.3400 em curso perante a 13ª Vara Federal de Brasília – DF. Tal depósito possibilitou a emissão da Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e de Terceiros em nome da EPE, em 25 de junho de 2010. A partir de 2016, os valores passaram a ser atualizados pelo Índice de Correção IPCA-e.
- (ii) Pagamentos de depósitos recursais e encargos processuais. Até outubro/2017 os valores foram atualizados pelo índice do FGTS - TR + 3% ao ano - e a partir desta data pelo índice da Poupança.
- (iii) Refere-se ao pagamento de Depósito Judicial do Processo n. 0043616-49.2017.4.01.3400, referente à multa de rescisão contratual do imóvel de Brasília/DF. Valor atualizado pelo Índice de Correção IPCA-e.

10. IMOBILIZADO

O imobilizado está avaliado ao custo de aquisição e sua depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	31.03.2023 Líquido	31.12.2022 Líquido
Instalações	10%	2.400	(539)	1.861	1.921
Máquinas e equipamentos	10%	792	(721)	71	77
Equipamentos de informática	20%	11.492	(7.171)	4.321	4.644
Móveis e utensílios	10%	2.202	(2.006)	196	189
Total		16.886	(10.437)	6.449	6.831

A movimentação do período está demonstrada a seguir:

Descrição	31.12.2022 Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Baixa de Depreciação	31.03.2023 Líquido
Instalações	1.921	-	-	(60)	-	1.861
Máquinas e equipamentos	77	-	-	(6)	-	71
Equipamentos de informática	4.644	30	-	(353)	-	4.321
Móveis e utensílios	189	16	-	(9)	-	196
Total	6.831	46	-	(428)	-	6.449

11. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os itens classificados como intangíveis no âmbito da EPE se referem às aquisições de licenças de softwares, de acordo com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

A amortização do ativo intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada em cinco anos.

Descrição	Taxa anual Amortização	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	31.03.2023 Líquido	31.12.2022 Líquido
Software	20%	12.791	(8.991)	3.800	4.179
Total		12.791	(8.991)	3.800	4.179

A seguir posição do intangível com a movimentação do período:

Descrição	31.12.2022 Líquido	Adições	Baixas	Amortização	Baixa de Amortização	31.03.2023 Líquido
Software	4.179	-	-	(379)	-	3.800
Total	4.179	-	-	(379)	-	3.800

12. FORNECEDORES NACIONAIS

Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de Ativo Imobilizado e Intangível, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais.

Seu montante de R\$ 555 tem como principais fornecedores a serem pagos em abril de 2023:

Fornecedores	31/03/2023
MGS Clean Soluções e Serviços	151
Viena Empreendimentos Ltda.	84
Time Multisserviços Ltda.	60
Agência de Integração Escola Ltda.	57
IOS Informática, Organização e Sistema Ltda.	32
Light Serviços de Eletricidades S.A.	30
Outros	141
	555

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Descrição	31/03/2023	31/12/2022
PIS e COFINS (i)	50	98
IRRF s/ salários	867	858
INSS retido	15	30
CSLL a recolher	47	-
IRPJ a recolher	112	-
Total	1.091	986

(i) Valor a recolher é sobre as atualizações monetárias de depósitos judiciais e impostos recuperáveis juntamente com as receitas de leilões da Aneel referente ao mês de março/2023, com vencimento em abril/2023.

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Os pagamentos das obrigações sociais e trabalhistas, tais como férias, 13º salário e os respectivos encargos incidentes (INSS e FGTS), são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência:

Descrição	31/03/2023	31/12/2022
Salários a pagar	3.317	3.297
Provisões de férias, 13º salário e encargos	9.875	9.084
Rescisão a pagar	-	11

INSS a recolher	1.223	1.314
FGTS a pagar	394	608
Total	14.809	14.314

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A EPE é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. A administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos e consultores tributários externos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável. No passivo circulante estão os processos em terceira instância considerados como prováveis e com alta probabilidade de realização no prazo de 12 meses e no passivo não circulante os demais processos prováveis a longo prazo.

As ações judiciais existentes na EPE estão assim apresentadas:

A) AÇÕES COM RISCO DE PERDA PROVÁVEL

O valor provisionado leva em consideração o valor da condenação indicado na decisão contrária a EPE e não necessariamente o valor da causa.

A decisão de provisionar considera a fase processual das ações judiciais e da própria natureza das demandas (ambiental, trabalhista ou cível). Em regra, solicita-se o provisionamento considerando a expectativa da execução do valor devido pela EPE. Considera-se apenas o risco classificado como provável.

Até março de 2023 o valor total de provisão de contingência com risco provável de perda é de R\$ 11.387, conforme abaixo:

Descrição	31/12/2022	Atualizações	Adições	31/03/2023
Trabalhistas	3.229	1.073	-	4.302
Tributárias	6.634	449	-	7.083
Processos Administrativos	2	-	-	2
Total	9.865	1.522	-	11.387

Trabalhistas

A EPE é ré em reclamações trabalhistas individuais, principalmente relacionadas a diferenças salariais, reintegração com pagamento de salários e danos morais e reversão de justa causa. Constituiu provisão baseada em informações históricas, modelos estatísticos e prognósticos de perda. O valor foi atualizado até 01/02/2023, conforme cálculos da PLM consultoria e já engloba os honorários de sucumbência. Esse favor é progressivo mês a mês em face do deferimento do pleito de incorporação de gratificação de função.

Tributárias

As contingenciais fiscais referem-se aos processos pertinentes de ação anulatória de débitos fiscais e autos de infração, relacionados os principais abaixo:

Processo nº: 04/354158/2008

Objeto: Lançamento de ISS sobre a contrapartida devida pela EPE em convênios realizados com o Ministério de Minas e Energia com o débito suspenso até o trânsito em julgado. Valor estimado: R\$ 2.700.

Processo nº: 18936-44.2010.4.01.3400

Objeto: Anular os lançamentos realizados pela RFB decorrentes dos Autos de Infração n. 372001114, 372001122, 372001130, 372001149, 372001157 372001165, 372001173 e 370923740. Discussões acerca: (i) da incidência de contribuições à seguridade social (parte patronal) sobre honorários pagos a Conselheiros (CA e CF) e Diretores; (ii) da incidência de contribuição social sobre auxílio moradia pago a empregados cedidos; (iii) da incidência contribuição à seguridade social sobre honorários de membro do CF vinculado a regime próprio; (iv) das incidências de contribuições ao Sistema "S"; (v) da existência de imunidade recíproca. Valor estimado: R\$ 3.979

Processos administrativos

As contingenciais administrativas, referem-se aos processos pertinentes a fiscalização de atividades profissionais pelo auto de infração pelo não registro da EPE no CRE/RJ.

B) AÇÕES COM RISCO DE PERDA POSSÍVEL

Conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não foram constituídas provisões para demandas judiciais e administrativas que tiverem parecer da Consultoria Jurídica da EPE com avaliação de perda como possíveis.

A seguir as ações consideradas como perdas possíveis até a data do fechamento do período:

Descrição	31/12/2022	Atualizações	Adições	Reversões e Baixas	31/03/2023
Trabalhistas	308	23	15	(13)	333
Ambiental	4	2.695	4.146	(3)	6.842
Cíveis	5.044	392	-	(770)	4.666
Administrativo	8.676	112	-	(140)	8.648
Total	14.032	3.222	4.161	(926)	20.489

16. PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR

As obrigações financeiras da EPE com a ELETROS registradas no passivo circulante estão sendo cumpridas integralmente, são vencíveis até o 5º dia útil do mês subsequente aos descontos e/ou aportes diretos dos Participantes, paritariamente com a contribuição da Patrocinadora e apresentam os seguintes saldos:

Descrição	31/03/2023	31/12/2022
A – Contribuições da Patrocinadora	332	336
B – Contribuições dos Empregados	329	332
Total	661	668

17. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da EPE totalmente integralizado pela União correspondente a R\$ 28.469 em 31 de março de 2023. A última deliberação de aumento de capital ocorreu em 14 de abril de 2022.

18. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC

Em atendimento ao exposto na Ata da 4ª Assembleia Geral Ordinária da Empresa de Pesquisa Energética – EPE realizada em 20 de abril de 2020, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN representante do acionista, com base no Parecer SEI Nº 6/2019/GESIE/COPAR/SUPEF/STN/FAZENDA-ME, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e da Nota Técnica SEI nº 42/2019/CGGOV/DEGOV/SEST/SEDD-ME da Secretaria de Controle e Governança das Empresas Estatais – SEST, os recursos orçamentários recebidos em 2022 para fins de investimentos estão registrados como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, de acordo com a Macro função SIAFI 021122 (Item 2 da Ata da 4ª AGO).

O total de recursos recebidos para AFAC até março de 2023 foi de R\$ 2.566, conforme a seguir:

Fonte	PF Solicitação	Data	PF Recebimento	Entrada do Recurso	Recurso Recebido
0100000000	2022PF000012	03/02/2022	2022PF000152	03/02/2022	13
0100000000	2022PF000008	28/01/2022	2022PF000142	03/02/2022	1.684
0100000000	2022PF000038	10/05/2022	2022PF000420	13/05/2022	16
0100000000	2022PF000024	07/03/2022	2022PF000230	09/03/2022	40
0100000000	2022PF000040	25/05/2022	2022PF000447	27/05/2022	10

0100000000	2022PF000050	24/06/2022	2022PF000521	30/06/2022	31
0100000000	2022PF000050	24/06/2022	2022PF000521	30/06/2022	45
0100000000	2022PF000053	05/07/2022	2022PF000540	08/07/2022	17
0100000000	2022PF000068	27/10/2022	2022PF000827	31/10/2022	27
0100000000	2022PF000069	08/11/2022	2022PF000863	09/11/2022	428
0100000000	2022PF000077	08/12/2022	2022PF000944	12/12/2022	18
0100000000	2022PF000079	14/12/2022	2022PF000958	16/12/2022	221
0100000000	2023PF000214	30/03/2023	2023PF000214	30/03/2023	16
TOTAL RECEBIDO					2.566

Entende-se que para as empresas com capital 100% público, os AFAC transferidos a partir de 1º de janeiro de 2017 podem ser classificados como instrumentos patrimoniais, desde que os repasses sejam capitalizados até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do exercício subsequente (art. 2º, § único, Decreto nº 2.673/1998), conforme Macro função SIAFI 021122 - item 2.3.8.

Os repasses referentes ao exercício 2022, somente serão capitalizados no exercício 2023.

19. PREJUÍZOS ACUMULADOS

Até o 1º trimestre de 2023, foi apurado um lucro contábil de R\$ 2.100, resultando em um prejuízo acumulado de R\$ 3.710, conforme quadro abaixo:

(-) Prejuízos acumulados saldo em 31 de dezembro de 2022	(5.810)
Lucro do período	2.100
(-) Prejuízos acumulados saldo em 31 de março de 2022	(3.710)

20. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Em atendimento a Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, o quadro abaixo demonstra as remunerações dos administradores e empregados, bem como os salários médios, no exercício de 2022 de acordo com o Plano de Cargos e Salários da EPE, aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais– SEST:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	R\$ 32	R\$ 11 (*)	R\$ 25
Empregados - Nível Médio	R\$ 32 (**)	R\$ 4	R\$ 8
Empregados - Nível Superior	R\$ 32 (***)	R\$ 12 (****)	R\$ 18

(*) Honorários pagos à Dirigente cedido.

(**) Remuneração Global de empregado de cargo efetivo designado para o exercício de Função Gratificada.

(***) Remuneração Global de empregado de cargo efetivo designado para o exercício de Cargo em Comissão.

(****) Remuneração referente à empregada com redução de carga horária aprovada pela Diretoria Executiva.

Ainda conforme determinação da CGPAR Nº 30 de 04 de agosto de 2022 os quadros abaixo apresentam os valores médios mensais das remunerações pagas aos conselheiros de administração e fiscal, bem como os gastos com benefícios a empregados até 31/03/2023:

Descrição	R\$ mil
Remuneração média mensal dos Conselheiros de administração	3
Remuneração média mensal dos Conselheiros Fiscais	3
Quantidade de empregados contratados	274
Gasto médio com previdência privada	328
Gasto médio com vale alimentação/refeição	133

Gasto médio com auxílio transporte	1
Gasto médio com auxílio moradia	4
Gasto médio com auxílio creche	54
Gasto médio com auxílio saúde/odontológico	151
Gasto médio com vale cultura	1

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

	31/03/2023	31/03/2022
Custos e despesas por função		
Custos dos serviços prestados	(21.661)	(16.928)
Despesas operacionais	(9.690)	(9.347)
	(31.351)	(26.275)
Custos e despesas por natureza		
Pessoal (i)	(21.968)	(19.517)
Materiais	(12)	(8)
Serviços de Terceiros (ii)	(5.112)	(2.773)
Gerais de Funcionamento das instalações (iii)	(2.478)	(2.141)
Gerais da Administração (iv)	(1.466)	(1.526)
Impostos, Taxas e Contribuições	(315)	(154)
Provisão para contingências	-	(156)
Total	(31.351)	(26.275)

(i) Incluem as remunerações, representadas por salários (R\$ 12.617), provisões de férias (R\$ 1.310), abono pecuniário de férias (R\$ 261), 13º salário (R\$ 1.176), encargos sociais – INSS e FGTS (R\$ 4.472), licença maternidade e paternidade – Prorrogação (R\$ 36), indenizações trabalhistas (R\$ 77) e benefícios - previdência privada, auxílio alimentação, transporte, moradia, creche, assistência médica e vale cultura (R\$ 2.019) de todos os empregados da EPE, apropriadas até o mês de março/2023.

(ii) Os valores apropriados até março/2023, referem-se, aos serviços de consultorias (R\$ 2.653), serviços de apoio técnico profissional (R\$ 733), requisição de pessoal (R\$ 82), treinamentos (R\$ 309), estagiários (R\$ 167), serviços prestados por pessoas físicas (R\$ 3), processamento de dados (R\$ 18), manutenção de equipamentos de informática (R\$ 46), serviço fiscal/tributário (R\$ 53), despesa com jovem aprendiz (R\$ 10), cessão temporária e manutenção de softwares (R\$ 966), Serviços de Clipping de Multimídia (R\$ 18) e despesas com locação de veículos (R\$ 54).

(iii) Os custos e despesas contabilizados nestas contas incluem os valores apropriados até março/2023, relativos a aluguéis (R\$ 829), energia elétrica (R\$ 239), telecomunicações (R\$ 7), depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível (R\$ 807), Aluguéis de equipamentos (R\$ 9), serviços de limpeza e higiene (R\$ 156), serviços gerais (R\$ 100), condomínio (R\$ 321), manutenção e reparos (R\$ 10).

(iv) Referem-se à honorários da diretoria (R\$ 278), honorários conselhos (R\$ 83), viagens de empregados a serviço da empresa (R\$ 259), assinaturas de bancos de dados e portais eletrônicos (R\$ 759), despesas legais e judiciais (R\$ 7), honorários comitê auditoria (R\$ 32) e seguro de responsabilidade civil (R\$ 48) apropriadas no período de janeiro/23 a março/2023.

22. SUBSÍDIOS DO TESOUREIRO NACIONAL

O saldo da conta representa os valores liberados pelo Tesouro Nacional, a título de subsídios públicos, com o objetivo de prover recursos para a cobertura dos custos, despesas e investimentos da EPE, na condição de empresa pública dependente e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

23. REEMBOLSO DE CUSTOS E DESPESAS – LEILÕES ANEEL

O saldo da conta refere-se aos ressarcimentos dos valores feitos pela ANEEL referentes aos estudos constantes na documentação técnica dos empreendimentos que compõem os lotes do leilão de transmissão.

24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/03/2023	31/03/2022
Receita Financeira		
Rendas de Variações Monetárias ¹	181	116
Total	181	116
Despesas financeiras		
Variações monetárias ²	(1.522)	(284)
Total	(1.522)	(284)
Resultado financeiro líquido	(1.341)	(168)

¹ O saldo da conta representa os valores apurados relativos às receitas com atualização monetária de depósitos judiciais e impostos a recuperar (R\$ 181).

² Despesas com atualização monetária sobre provisões para contingência (R\$ 1.522).

25. APURAÇÃO IRPJ E CSLL

- a) Em 2023 a empresa está enquadrada no regime tributário Lucro Real com Antecipação Mensal por Estimativas conforme apuração abaixo:

	31/03/2023		31/03/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	3.163	3.163	(475)	(475)
Adições	1.560	1.560	513	513
Exclusões	-	-	(23)	(23)
Base de cálculo antes das compensações negativas	4.723	4.723	15	15
Compensação de prejuízos fiscais	(1.417)	(1.417)	(5)	(5)
Lucro real após comp. Prejuízos fiscais	3.306	3.306	10	10
Alíquota utilizada para cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
Total dos incentivos fiscais	(55)	-	(16)	-
Despesa com IRPJ/CSLL	765	298	-	-
IRPJ/CSLL pagos por estimativa	(653)	(251)	(415)	(165)
IRPJ/ CSLL a recolher	112	47	-	-
Alíquota efetiva	22,5%		-	

26. PARTES RELACIONADAS

De acordo com o item 9 do CPC 05, Parte Relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis. A Política de Transação com Partes Relacionadas da EPE (Política e Diretriz nº PDG-COA-012) arrola, em seu item nº 2 (definições), as pessoas físicas e/ou jurídicas que, além da União, devem ser reputadas partes relacionadas à EPE. A referida política também define a transação com parte relacionada como sendo qualquer ajuste de obrigações, por qualquer instrumento ou

fundamento, entre a EPE e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado uma contrapartida financeira. Levando-se em consideração este conceito, em cumprimento à obrigação trazida pelo item nº 6.3 da já mencionada política, é possível afirmar que, no 1º Trimestre de 2023, a EPE possui as seguintes transações com partes relacionadas, todas celebradas: (i) em conformidade com a Política de Transação com Partes Relacionadas da EPE; (ii) com pessoas jurídicas de direito público e privado; (iii) sem cobrança de contrapartida financeira; e (iv) destinados ao desempenho de suas competências, conforme autoriza o § 2º do art. 5º do Estatuto da EPE:

Conveniente	Tipo de Relação	Objeto	Vigência
Agência Nacional de Petróleo – ANP	Acordo de Cooperação Técnico-Operacional	Intercâmbio de informações e elaboração de estudos (DPG/GAB)	Em elaboração
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV)	Acordo de Cooperação Técnica	Realização de um projeto piloto visando a implantação do SUPER.GOV.BR (SRL/DGC)	Em elaboração
Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX-BRASIL)	Protocolo de intenções	Definição das linhas gerais de colaboração entre as PARTES no desenvolvimento de iniciativas favoráveis a atração de investimentos para adensamento das cadeias produtivas e para projetos de infraestrutura dos setores prioritários.	09/11/2022 a 09/11/2026
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES	Acordo de Cooperação Técnica	Estudar a viabilidade de instrumento de transferência de recursos financeiros das empresas de óleo e gás (O&G) para atividades de sequestro e armazenagem de carbono no setor florestal, a título de compensação de emissões de carbono, e o alcance de outros benefícios coletivos relacionados à água, biodiversidade, controle de erosão, equilíbrio do microclima, dentre outros, em consonância com PLANO DE TRABALHO em anexo (Anexo II).	07/07/2021 a 07/01/2023
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES	Acordo de Cooperação Técnica	Realização de uma avaliação dos efeitos locais da construção de usinas hidrelétricas.	27/07/2022 a 27/01/2025
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	Acordo de Cooperação Técnico-Operacional	Constitui objeto do acordo o estabelecimento de regras entre as partes para fins de: (a) intercâmbio dos dados e informações estritamente necessários ao desenvolvimento das atividades das PARTES; e (b) elaboração de estudos conjuntos, resguardadas as competências das instituições.	28/07/2020 a 28/07/2025
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Acordo de Cooperação Técnica	Instituir a cooperação dos partícipes com vistas ao fortalecimento e aprimoramento das estatísticas econômicas oficiais, visando à compatibilização conceitual das mesmas e à racionalização da aplicação de recursos públicos na geração e manutenção das referidas bases de dados objetivando a elaboração das Contas Econômicas Ambientais de Energia do Brasil.	11/06/2021 a 11/06/2026
Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil	Acordo de Cooperação Técnica	Acordo de cooperação técnica que tem por objeto estabelecer as diretrizes sob as quais os partícipes, em comum acordo, se propõem a realizar o intercâmbio de conhecimento e elaboração de estudos energéticos sobre o potencial energético e estimativas de viabilidade técnica e econômica no mercado de energia.	03/09/2021 a 03/09/2025
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Rio de Janeiro – SENAI-RJ	Acordo de Cooperação Técnico-Operacional	A mútua cooperação dos PARTÍCIPIES, visando à elaboração de estudos, conjuntos ou não, resguardadas as competências das instituições, bem como a realização de intercâmbio dos dados e informações necessárias ao desenvolvimento das atividades dos PARTÍCIPIES.	06/01/2022 a 06/01/2023

27. CONCILIAÇÃO ENTRE O BALANÇO SOCIETÁRIO E O BALANÇO SIAFI

Em cumprimento ao Acórdão nº 2016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, publicado no Diário Oficial da União em 6 de novembro de 2006, apresentamos a seguir as conciliações dos saldos das contas dos Balanços Patrimoniais registrados de acordo com a Lei nº 6.404/76 e suas alterações com os saldos registrados no Sistema

Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, em conformidade com Lei nº 4.320/64, o DL nº 200/67, e a Lei Complementar nº 101/2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal e suas atualizações.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Ativo Circulante	40.892	40.897	5
Ativo Não Circulante	14.830	14.957	127
Total do Ativo	55.722	55.854	132
Passivo Circulante	20.123	17.142	(2.981)
Passivo Não Circulante	7.074	11.387	4.313
Patrimônio Líquido	28.525	27.325	(1.200)
Total do Passivo e Patrimônio líquido	55.722	55.854	132

A conciliação apresentou uma diferença no total de (R\$ 132). Não foi possível o ajuste no SIAFI em razão do prazo de fechamento do sistema ser exíguo para a conciliação entre os encerramentos da contabilidade privada e pública.

As justificativas por grupamento do Balanço Patrimonial estão descritas abaixo:

a) O Ativo Circulante apresentou uma diferença de (R\$ 5) conforme demonstrado na tabela abaixo. Os valores de tributos a recuperar e compensar foram impactados pela transferência de valores de curto para longo prazo e os adiantamentos concedidos são representados pelo empenho para cartões corporativos.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Tributos a Recuperar/compensar curto prazo	1.395	1.411	16
Adiantamentos concedidos	1.092	1.081	(11)
Total	2.487	2.492	5

b) O Ativo Não Circulante apresentou diferenças no valor de R\$ 127. Impactada reclassificação de tributos a recuperar/compensar de Curto para o Longo Prazo, ajuste na atualização monetária dos depósitos judiciais e bens do imobilizado e intangível que não foi possível fazer a reclassificação em função do prazo e que serão ajustados no mês seguinte.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Tributos a recuperar/compensar longo prazo	184	168	(16)
Depósitos judiciais	4.561	4.540	(21)
Imobilizado	6.269	6.449	180
Intangível	3.816	3.800	(16)
Total	14.830	14.957	127

c) O Passivo Circulante apresentou uma diferença de (R\$ 2.979). Impactada pelos fornecedores, obrigações fiscais e obrigações trabalhistas em função da diferença de critérios e as provisões para contingências que foram reclassificadas de curto para longo prazo. A regularização dos ajustes na Lei 4.320/64 se dará no próximo mês.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Fornecedores	774	555	(219)
Obrigações Fiscais/Retenções tributárias	1	1.091	1.090
Obrigações Trabalhistas e Sociais	16.514	15.496	(1.018)
Provisões para Contingências	2.832	-	(2.832)
Total	20.121	17.142	(2.979)

d) O Passivo Não Circulante apresentou diferença em função da reclassificação de provisões de curto para longo prazo e da inclusão de novas provisões que serão regularizadas no próximo mês.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Provisões para Contingências	7.074	11.387	4.313
Total	7.074	11.387	4.313

e) As diferenças no patrimônio líquido estão diretamente relacionadas as informações prestadas nos itens (a), (b) e (c) e deverão ter suas regularizações providenciadas no próximo mês.

28. SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

A cobertura de seguros, em valores de 31 de março de 2023, é assim demonstrada:

Modalidade	Montante cobertura	Vigência
Responsabilidade civil	R\$ 195	31/12/2023

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Foi deliberado em assembleia geral extraordinária, realizada em 17 de abril de 2023, o aumento do capital social mediante a incorporação de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no montante de R\$ 2.550. Com a deliberação, o capital social da companhia passou a ser de R\$ 31.018.914,46 (trinta e um milhões, dezoito mil, novecentos e quatorze reais e quarenta e seis centavos), totalmente subscrito e integralizado pela União.

ANGELA REGINA LIVINO DE CARVALHO

Presidente Interina
Diretora de Gestão Corporativa

GIOVANI VITÓRIA MACHADO

Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais
Diretor de Estudos de Energia Elétrica (interino)

HELOISA BORGES BASTOS ESTEVES

Diretora de Petróleo, Gás e Biocombustíveis

SANDRO DA SILVA ABILIO

Contador – CRC-RJ 093927/0

1Q.2023 - Demonstrações Intermediárias - EPE.docx

Documento número #5991227d-ce44-4d3d-9015-581699fa0393

Hash do documento original (SHA256): 9b257ef5a64e55d9952f2b459c751dec85d67b3ff07a1c009e0ec7e6af593c50

Assinaturas

-  **Angela Livino**
CPF: 029.716.487-29
Assinou em 17 mai 2023 às 13:32:32
-  **Giovani Vitória Machado**
CPF: 010.229.197-76
Assinou em 17 mai 2023 às 20:10:00
-  **Heloisa Borges Bastos Esteves**
CPF: 086.693.437-54
Assinou em 17 mai 2023 às 10:31:35
-  **Sandro Abilio**
CPF: 047.501.187-29
Assinou em 17 mai 2023 às 10:02:06

Log

- 17 mai 2023, 09:59:19

Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 criou este documento número 5991227d-ce44-4d3d-9015-581699fa0393. Data limite para assinatura do documento: 19 de maio de 2023 (23:59). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 17 mai 2023, 09:59:28

Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: angela.livino@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Angela Livino. Rolagem (scroll down) obrigatório ativado.
- 17 mai 2023, 09:59:28

Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: giovani.machado@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Giovani Vitória Machado. Rolagem (scroll down) obrigatório ativado.

- 17 mai 2023, 09:59:28 Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: heloisa.esteves@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Heloisa Borges Bastos Esteves. Rolagem (scroll down) obrigatório ativado.
- 17 mai 2023, 09:59:28 Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: sandro.abilio@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Sandro Abilio. Rolagem (scroll down) obrigatório ativado.
- 17 mai 2023, 10:02:06 Sandro Abilio assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail sandro.abilio@epe.gov.br. CPF informado: 047.501.187-29. Documento assinado mediante rolagem (scroll down) obrigatório. IP: 177.47.116.40. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -22.9049 e longitude -43.1806. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.498.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 17 mai 2023, 10:31:35 Heloisa Borges Bastos Esteves assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail heloisa.esteves@epe.gov.br. CPF informado: 086.693.437-54. Documento assinado mediante rolagem (scroll down) obrigatório. IP: 177.26.79.208. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -22.897177577352025 e longitude -43.18195126015249. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.498.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 17 mai 2023, 13:32:32 Angela Livino assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail angela.livino@epe.gov.br. CPF informado: 029.716.487-29. Documento assinado mediante rolagem (scroll down) obrigatório. IP: 189.40.76.127. Componente de assinatura versão 1.498.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 17 mai 2023, 20:10:00 Giovanni Vitória Machado assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail giovanni.machado@epe.gov.br. CPF informado: 010.229.197-76. Documento assinado mediante rolagem (scroll down) obrigatório. IP: 177.47.116.40. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -22.9049 e longitude -43.1806. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.498.1 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 17 mai 2023, 20:10:00 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 5991227d-ce44-4d3d-9015-581699fa0393.

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 5991227d-ce44-4d3d-9015-581699fa0393, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.